



## ANÁLISE DA SOBREVIVÊNCIA DE LÍDERES PARTIDÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1995-2014)

## SURVIVAL ANALYSIS OF PARTY LEADERS IN THE CHAMBER OF DEPUTIES (1995-2014)

## ANÁLISIS DE LA SUPERVIVENCIA DE LOS LÍDERES DEL PARTIDO EN LA CÁMARA DE DIPUTADOS (1995-2014)

Bruno Marques Schaefer<sup>1</sup>  
Tiago Alexandre Leme Barbosa<sup>2</sup>  
Vinícius de Lara Ribas<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a sobrevivência dos líderes partidários na Câmara dos Deputados (CD). Buscamos responder a questão: quais variáveis impactam no tempo de sobrevivência de um líder partidário? Analisamos os líderes dos principais partidos políticos da CD, com o intuito de testar algumas hipóteses aventadas pela literatura sobre sobrevivência de lideranças políticas. A variável dependente é o número de dias que cada um desses líderes permaneceu a frente de seu partido e as variáveis independentes são: ideologia, experiência e credibilidade política do deputado, período em que assumiu a função, tamanho da bancada e o fato de pertencer a coalizão do governo federal. Os resultados da pesquisa, a partir de modelos de análise de sobrevivência, indicam que o fato do parlamentar assumir o cargo no início da Legislatura e ter expertise incrementa o tempo de sobrevivência, enquanto ser de partido de esquerda tem o efeito inverso.

**Palavras-Chave:** Liderança partidária; Liderança; Câmara dos Deputados; Análise de sobrevivência; Ideologia partidária.

**Abstract:** This paper analyzes the survival of party leaders in the Chamber of Deputies (CD). We seek to answer the question: what variables impact on the survival of a party leader? We analyzed the leaders of the main political parties in the CD, in order to test some hypotheses raised by the literature on the survival of political leaders. The dependent variable is the number of days that each of these leaders remained at the head of their party and the independent variables are: ideology, experience and political credibility of the deputy, period in which he assumed the role, size of the party and the fact of belonging to the coalition of the federal government. The results, based on survival analysis models, indicate that the fact that the deputy takes office at the beginning of the legislature and has expertise increases the survival time, while being in a leftist party has the opposite effect.

**Keywords:** Party leadership; Leadership; Chamber of Deputies; Survival analysis; Party ideology.

**Resumen:** El artículo analiza la supervivencia de los líderes del partido en la Cámara de Diputados (CD). Buscamos responder a la pregunta: ¿qué variables impactan en el tiempo de supervivencia de un líder de partido? Analizamos a los líderes de los principales partidos políticos de la CD, con el fin de testar algunas hipótesis planteadas por la literatura sobre la supervivencia de los líderes políticos. La variable

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo PPG de Ciência Política da UFRGS. Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5127-7240>. E-mail: [brunomschaefer@gmail.com](mailto:brunomschaefer@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando pelo PPG de Ciência Política da UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5630-448X>. E-mail: [tiagoalexandrel@gmail.com](mailto:tiagoalexandrel@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política pela UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0974-0991>. E-mail: [viniciusdelararibas@gmail.com](mailto:viniciusdelararibas@gmail.com)

dependiente es el número de días que cada uno de estos líderes permaneció al frente de su partido y las variables independientes son: ideología, experiencia y credibilidad política del diputado, período en el que asumió el rol, tamaño de la bancada y el hecho de pertenecer a coalición del gobierno federal. Los resultados de la investigación, basados en modelos de análisis de supervivencia, indican que el hecho de que el diputado asuma al inicio de la legislatura y tenga experiencia aumenta el tiempo de supervivencia, mientras que ser un partido de izquierda tiene el efecto contrario.

**Palabras clave:** Liderazgo del partido; Liderazgo; Cámara de los Diputados; Análisis de supervivencia; Ideología partidaria.

## 1 Introdução

O cargo de líder partidário na Câmara dos Deputados (CD) é um dos mais relevantes para o funcionamento interno daquela Casa de Leis. Isso porquê o líder é investido de uma série de prerrogativas regimentais que lhe confere poder de agenda e incentivos e controle sobre a bancada que lidera (MIRANDA, 2010). Segundo o Regimento Interno da CD, o líder possui o poder de indicar membros para as comissões permanentes, vota por toda a bancada em votações simbólicas, solicita urgência em votações específicas, além de constituir o Colégio de Líderes, órgão que define a pauta da CD junto ao presidente da Casa. O líder partidário também funciona como “a ponte que liga os parlamentares individuais ao Executivo” (PEREIRA; MUELLER, 2003), sendo usual que os estes sejam ouvidos no momento da distribuição de cargos do Governo Federal e da formação da coalizão de governo.

Em termos teóricos e metodológicos, os líderes partidários têm tido ressaltado seu papel, principalmente nos estudos ligados a abordagem partidária do funcionamento da CD (PERES e CARVALHO, 2012). Estes estudos marcam uma contraposição empírica aos trabalhos que viam a CD como o reino do parlamentar individual – abordagem distributivista (MAINWARING, 1999; AMES, 2003). Na perspectiva distributivista, variáveis exógenas, como o sistema eleitoral brasileiro (proporcional e de lista aberta), constituíram incentivos à atuação individualista dos parlamentares. Esses últimos estariam mais preocupados em emendar o Orçamento Federal de acordo com seus interesses eleitorais, e teriam poucos incentivos para atuar coletivamente.

Os pesquisadores da abordagem partidária, por sua vez, apontam que, ao contrário do reino do parlamentar individual, o Congresso Nacional e em específico a CD, tem seus trabalhos orientados racionalmente a partir de “figuras-chave do processo legislativo”: os membros da Mesa Diretora (em especial o presidente da Casa) e os líderes partidários, escolhidos pelas bancadas e com poder de ingerência sobre as mesmas (MORAIS, *et al*, 2018). Seria racional para os parlamentares trabalharem em conjunto com o líder para terem acesso a recursos importantes, tanto internos (indicações para as Comissões Temáticas), quanto externos (melhor relacionamento com o Executivo).

No entanto, para além das funções dos líderes e seus poderes, são ainda poucos os esforços empíricos para observar o perfil das lideranças partidárias, e, em específico, quanto

tempo estes atores permanecem no comando de seus correligionários. Na última década, trabalhos como os de Silva Jr *et al* (2013), Simoni Jr. *et al.* (2016) e Moraes *et al* (2018), buscaram testar hipóteses acerca dos atributos políticos necessários para a ocupação do cargo de liderança. Silva Jr. *et al.* (2013) chegam à conclusão de que características como credibilidade e expertise são extremamente importantes para a escolha do líder. A credibilidade é conceituada como o grau de compromisso do parlamentar para com seu partido, sendo a expertise o grau de conhecimento do parlamentar sobre o funcionamento da CD. Os escolhidos para ocuparem o cargo de líder tendem a ser parlamentares diferenciados de seus colegas em termos de credibilidade, são deputados com histórico de longo tempo de serviço à organização e lealdade.

Simoni Jr *et al* (2016) qualificam as hipóteses de Rodrigues (2006) ao afirmarem que, mesmo que o acesso à CD tenha se diversificado em termos sociais ao longo do tempo (perfil ocupacional, educacional e gênero), a elite parlamentar (líderes, presidentes de comissões temática e membros da mesa diretora), constitui um subgrupo dentro do campo político. Os atributos dos membros da elite (“Alto Clero”), são diferentes dos parlamentares “medianos”. O recrutamento para as posições de poder e comando ainda seria um caminho mais fechado.

Moraes *et al.* (2018) pontuam que os diferentes atributos políticos dos líderes, mais ou menos credibilidade e expertise, seriam determinantes para a manutenção da disciplina parlamentar. Seus achados empíricos indicam que líderes mais experientes e mais compromissados com o partido tendem a garantir maior nível de disciplina de seus correligionários em votações importantes.

Em suma, estes trabalhos tiveram por objetivo qualificar o debate em torno das lideranças partidárias, em termos dos processos de seleção e desempenho. Restam, porém, lacunas. Buscamos tratar, neste trabalho, da sobrevivência política de líderes partidários na CD, com vias a responder à questão: quais são as variáveis que impactam no tempo de sobrevivência dos líderes partidários? Para tal, extraímos variáveis de uma literatura pouco explorada no Brasil que trata de mensurar o tempo de permanência de líderes partidários em democracias parlamentaristas afim de buscarmos uma aproximação com o caso brasileiro. Essas variáveis dizem respeito à coalizão de governo, tamanho da bancada, credibilidade, expertise do deputado, momento em que assumiu a liderança e ideologia. Julgamos, com isso, contribuir ao debate bastante amplo da agenda de pesquisas sobre a CD.

Em termos empíricos, analisamos a figura dos líderes de todos os partidos políticos que tiveram o direito de possuir esse cargo no período de 1995<sup>4</sup>, posse de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para seu primeiro mandato (49ª Legislatura), até 2014 (54ª Legislatura), último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff. Justificamos o recorte temporal por ser um período de relativa estabilidade política no Brasil (ABRANCHES, 2018). Os nomes dos parlamentares

---

<sup>4</sup> DEM/PFL, PCdoB, PDT, PMDB, PP, PRB, PR/PL, PSB, PSDB, PSC, PV, PT, PTB e PPS.

que ocuparam o cargo foram solicitados através da Lei de Transparência (Lei 12.527/11) e fornecidos pela Câmara dos Deputados, através da Secretaria Geral da Mesa. O perfil das carreiras políticas desses indivíduos foi coletado no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) e no sítio eletrônico da CD.

O trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira, apresentamos o debate teórico. Na sequência, apresentamos o desenho da pesquisa. A terceira parte do trabalho é dedicada a análise dos dados. Por fim, a conclusão retoma alguns dos achados do trabalho.

## 2 Debate Teórico

Em regimes parlamentaristas, a posição de líder partidário confere ao seu ocupante a possibilidade vir a ser chefe de governo, caso seu partido alcance<sup>5</sup> a maioria parlamentar. Em termos de organização partidária, conforme apontado por Andrews e Jackman (2008), o líder se confunde com o próprio partido, sendo responsabilizado pelas derrotas e celebrado quando há vitórias eleitorais. A troca da liderança acaba se constituindo como um momento de possível mudança do partido. Saídas de cena de líderes marcantes como Margaret Thatcher, no Partido Conservador inglês, ou Helmut Kohl, na Democracia Cristã alemã, acaba tornando-se um momento de alterações – programáticas e organizacionais. Em adicional, a “personalização da política”, conforme Bennett (2012), tornou cada vez mais relevante a análise dos perfis e estilos de liderança partidária.

Nesse sentido, diversos pesquisadores têm se debruçado sobre os (1) processos de seleção e (2) substituição e sobrevivência de lideranças partidárias. Nosso foco reside neste segundo ponto. Bynander e Hart (2007) apontam que os estudos sobre os períodos de sobrevivência das lideranças partidárias ainda são periféricos, tanto no campo de estudos legislativos quanto no próprio estudo de lideranças. Teoricamente, a observação do tempo de permanência de líderes à frente de seus partidos é importante para verificar o grau de “rotação” das elites políticas, bem como níveis de *accountability* (horizontal e vertical), das lideranças instituídas. Para Horiuchi *et al.* (2013, p.357), um líder que permanece por muitos anos à frente de seu partido pode indicar dois movimentos:

On the one hand, it may be taken to be a key indicator of the level of authority and the level of support that leaders (whether in government or not) enjoy among their principal party constituents – those who have the power to remove them. On the other hand, very long-serving leaders may stifle innovation within parties and governments and generate internal conflicts and stalemates without any particular faction having quite enough power to replace them (HORIUCHI *et al.*, 2013, p.357).

Ou seja, por um lado, indica alto grau de disciplina de seus correligionários – causado

---

<sup>5</sup> No Parlamentarismo é possível que um partido indique o líder mesmo não tendo o maior número de votos geral. Em casos de necessidade de coalizão, por exemplo.

por eficiência política, bom desempenho eleitoral e/ou patronagem; por outro lado, indica também a oligarquização do partido (MICHELS, [1911] 1982). Desta constatação se derivaria um indicador de déficit democrático no interior da organização, que possivelmente impactaria também o sistema político como um todo.

O trabalho de Bynander e Hart (2007) inicia uma série de estudos que tentam preencher a lacuna da literatura sobre a sobrevivência dos líderes partidários. Em termos empíricos, os autores trabalham com dados dos dois principais partidos de quatro democracias parlamentaristas: Reino Unido, Austrália, Suécia e Holanda. Seus achados indicam que a maioria dos líderes analisados permaneceu no cargo por mais de 48 meses (um ciclo eleitoral) e que as trocas de liderança tendem a ocorrer quando os partidos se encontram na oposição (69,2%). Por fim, a participação dos filiados foi mínima nos processos de seleção, principalmente na escolha do momento da troca. Mesmo que as regras de seleção possam se tornar mais inclusivas ao longo do tempo, o momento de troca tende a ser controlado por um grupo político restrito: os parlamentares do partido.

A discussão dos autores foi importante para iniciar uma agenda de pesquisas, mas pouco avançou em termos da formulação de indicadores empíricos para o estudo comparado dos processos de substituição das lideranças partidárias. Seguindo esta perspectiva, Andrews e Jackman (2008) propõem um modelo inferências causais para a troca de líderes partidários. Para os autores, o desempenho eleitoral do partido seria determinante para a sobrevivência do líder partidário. Partindo da premissa de que os partidos políticos têm como principal objetivo a conquista de cargos, Andrews e Jackman (2008, p.674) pontuam que a perda de poder é a causa mais provável para a troca da “guarda” partidária<sup>6</sup>. O modelo teórico seguido é tributário da ideia da democracia econômica (DOWNS, 1999). De acordo com essa perspectiva, os partidos são vistos como empresas em busca de votos e cargos. Neste ponto não há, na visão dos autores, diferenças ideológicas. Perder eleições constitui o principal fator de mudança na liderança. Líderes que mantêm seus partidos competitivos e conseguem permanecer no governo tendem a permanecer mais tempo à frente dessas organizações.

Trabalhos posteriores buscaram explicações alternativas para entender o tempo de sobrevivência dos líderes. Horiuch *et al.* (2013), por exemplo, explora a hipótese de que o tempo de sobrevivência de um líder está diretamente relacionado ao tempo de sobrevivência de seu antecessor. Ou seja, os autores consideraram que sucessores de líderes com (1) longo tempo de serviço à frente do partido, e, em adicional, (2) que chegaram a ser chefes de governo, têm uma vida mais curta do que sucessores de líderes mais efêmeros. Os autores analisaram 448 líderes partidários, de 69 partidos, em 23 democracias parlamentaristas. Os resultados confirmam, em parte, suas hipóteses. Em primeiro lugar, o tempo de sobrevivência do

---

<sup>6</sup> “(...) the removal of leaders of parliamentary [is] a strategic response to poor electoral performance”. (ANDREWS e JACKMAN, 2008, p.674)

antecessor possui efeito estatístico significativo no tempo de sobrevivência do líder sucessor somente se o primeiro permaneceu no cargo, em média, 14,7 anos. Em termos metodológicos, os autores dividem sua amostra em três categorias: líderes antecessores com curto período de liderança (1,7 anos em média), líderes antecessores com médio período de liderança (5,4 anos em média), e líderes antecessores com longo período de liderança (14,7 anos em média). Sua segunda hipótese é confirmada sem ajustes: líderes que sucedem antigos chefes de governo tendem a sobreviver muito menos.

Outra explicação é proposta por Ennser-Jedenastik e Müller (2015). Os autores trabalham com dados sobre a sobrevivência dos líderes na Áustria, de 1945 até 2011, e pontuam que a democracia interna dos partidos possui efeito significativo no tempo de sobrevivência das lideranças. Regras mais restritivas de seleção de lideranças, mensuradas pelo tamanho do eleitorado (*selectorate*), que pode eleger ou retirar um líder dentro do partido, bem como coalizões intrapartidárias, mensuradas pelo total de apoio ao líder na convenção partidária, seriam as variáveis com maior impacto sobre a sobrevivência. Os resultados dos testes realizados pelos autores confirmam suas hipóteses: quanto maior o eleitorado potencial, menor o tempo de sobrevivência, quanto maior o apoio intrapartidário no momento da convenção, maior o tempo de sobrevivência.

Por fim, Van Dyjk (2013) realiza trabalho que sistematiza as principais hipóteses dessa literatura para testar o tempo de sobrevivência dos líderes partidários holandeses. O autor testa, ao todo, 11 hipóteses levantadas pela literatura e encontra resultados significativos em seis delas: performance partidária: se o partido ganha mais cadeiras com o líder no comando, este tende a ficar mais no cargo; tempo: líderes que assumem o cargo depois de antecessores com larga experiência tendem a ficar menos tempo, bem como iniciar no comando do partido ao início de uma Legislatura, com mais tempo de articulação antes da eleição, eleva a sobrevivência política da liderança; homens tendem a permanecer mais no cargo do que mulheres; e líderes de partidos pequenos tendem a sobreviver mais do que líderes em partidos grandes.

**Quadro 1** – Literatura sobre lideranças em regimes parlamentaristas

Autor(es)	Ano	Casos	Y	X
Bynander e Hart	2007	65	Troca de liderança	
Andrews e Jackman	2008	124	Tempo de permanência na liderança (em meses)	Resultados Eleitorais
Horiuch <i>et al</i>	2013	448	Tempo de permanência na liderança (em anos)	Tempo de Permanência do líder anterior
Ennsner-Jedenastik e Müller	2015	229	Tempo de permanência na liderança (em meses)	Organização e democracia interna
Van Dyjk	2013	188	Tempo de permanência na liderança (em meses)	Resultados Eleitorais, Características pessoais, tempo de permanência do antecessor, organização partidária, ideologia e tamanho do partido.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Este apanhado da literatura sobre sobrevivência de líderes partidários teve por objetivo situar a discussão e contextualizar as variáveis que empregamos neste trabalho. Nos sistemas presidencialistas de governo, o líder partidário pode ser conceituado de distintas formas. Em termos gerais, ele pode ser identificado como o presidente nacional do partido ou seu candidato presidencial. No caso dos Estados Unidos, usualmente, os presidentes eleitos tendem a se tornar as lideranças maiores do partido, enquanto no Congresso, se dividem os parlamentares entre líderes da oposição e do governo. No Brasil, estas posições podem ser sobrepostas: presidente nacional do partido também é o candidato presidencial, usualmente em períodos pré-eleitorais<sup>7</sup>, a depender da organização e estratégia de cada partido.

Em nosso trabalho, no entanto, tratamos de uma dimensão mais reduzida do significado de líder. Consideramos, tão somente, o âmbito da CD e aqueles parlamentares que são escolhidos para comandar a bancada no cotidiano da Casa nos termos do Art. 9º do Regimento

<sup>7</sup> O caso do PSDB é sintomático desta estratégia. Ao menos nas duas últimas eleições presidenciais (2014 e 2018), o comando da legenda ficou com o futuro candidato presidencial: Aécio Neves e, depois, Geraldo Alckmin.

Interno. Os ocupantes deste cargo acabam tendo, também, posição de relevância na vida organizacional do partido, dado que são alçados às Executivas Nacionais (EN's) como membros natos (RIBEIRO, 2014)<sup>8</sup>. Apesar do líder ser escolhido pela bancada, os partidos tendem a adotar critérios legais, em seus estatutos, que tornam as escolhas “tuteladas”, até certo grau, pelas EN's. Na próxima sessão, apresentamos as informações sobre a coleta de dados e a mensuração das hipóteses.

### 3 Método

Buscando responder às indagações iniciais, trabalhamos com os dados de todos os partidos que puderam ter líderes durante o período analisado. O Regimento da CD estabelece as diretrizes sobre quais são as funções desempenhadas pelos líderes e quais partidos políticos podem possuir a figura do líder. O critério expresso na norma é de que somente aqueles que tenham bancada superior a um centésimo dos membros da Casa podem ter acesso ao cargo (CD, Art. 9º, § 4, 2017). Salvo a proibição de pertencer à Mesa Diretora e a necessidade de que esta seja informada sobre a eleição do líder a cada Legislatura, o Regimento não estipula nenhum outro pré-requisito aos deputados para a ocupação do cargo.

Tratamos de observar informações sobre: i) regras formais; ii) perfil de carreira dos parlamentares que ocuparam o cargo de liderança; bem como iii) tempo de permanência à frente da bancada (em dias). Em relação ao primeiro ponto, foram consultados os estatutos das legendas e o Regimento Interno da CD. Já o perfil sócio-político dos legisladores foi construído a partir de fontes como o DHBB e sítio eletrônico da CD. O tempo de sobrevivência foi calculado a partir do número de dias, dentro de uma Legislatura<sup>9</sup>, que o parlamentar escolhido como líder permaneceu no cargo. Estes dados foram disponibilizados pela CD, através da Lei de Transparência.

Trabalhamos com o número de indicações ao cargo da liderança: 158, nas cinco legislaturas analisadas<sup>10</sup>. Ao todo, foram 120 indivíduos que ocuparam os cargos. Analisamos os líderes indicados em cada uma das Legislaturas pelos partidos. Ou seja, se um mesmo parlamentar foi escolhido para liderar o partido em três distintas legislaturas, foi contabilizado três vezes. Este é o caso, por exemplo, de Valdemar Costa Neto, líder do PL. Os dados foram sistematizados nos softwares R e SPSS, onde também realizamos as estatísticas descritivas e a análise de sobrevivência, para o teste de hipóteses.

O número de dias à frente da bancada partidária constitui nossa variável dependente

---

<sup>8</sup> Os estatutos de todos os partidos analisados nesse trabalho preveem a figura do membro nato das Executivas Nacionais, estes são os líderes partidários no Senado e na CD.

<sup>9</sup> Uma Legislatura tem um período de 1461 dias.

<sup>10</sup> O banco de dados, bem como o script das análises está disponível em: <https://osf.io/rv24z/>.



(Y)<sup>11</sup>. Buscamos testar o efeito de uma série de variáveis independentes (X) elencadas pela literatura sobre sobrevivência de lideranças partidárias, conforme sistematizado por Van Dyjk (2013), tendo em vista adaptação necessária para o teste no caso do presidencialismo<sup>12</sup>. No quadro 2, as explicitamos.

**Quadro 2** – Modelo de análise

Dimensão	Variável	Natureza	Coleta
Performance	Coalizão	Dicotômica	Inácio e Rezende (2015); Cortez (2018)
Tempo	Início da Legislatura	Dicotômica	CD
Organização partidária	Tamanho da Bancada	Contínua	CD e TSE
	Esquerda	Dicotômica	Krause <i>et al</i> (2017)
Características pessoais	Expertise – Número de Mandatos	Contínua	DHBB
	Credibilidade – Tempo de Filiação	Contínua	DHBB

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em termos de performance, consideramos que os líderes que comandaram seus partidos durante o período em que os mesmos estiveram na coalizão de governo conseguiram ficar mais tempo no cargo. O pressuposto dessa hipótese é de que os líderes de partidos da coalizão tendem a ter mais acesso ao Executivo (MELO, 2010), e, bem por isso, maior poder de barganha em questões importantes aos parlamentares: como cargos na Administração Pública e liberação de emendas parlamentares. Um ciclo: mais acesso, mais poder e mais tempo à frente da bancada. A identificação de quais partidos faziam parte das coalizões do governo federal em cada momento foi retirada dos trabalhos de Inácio e Rezende (2015) e Cortez (2018).

Por hipótese, pontuamos que os líderes partidários que assumem o comando da bancada no início da Legislatura ficam mais tempo no cargo do que os líderes que assumem posteriormente, durante o mandato. É crível pensar que aqueles parlamentares que conseguem, após as eleições, a indicação do partido, possuem mais predicados para permanecer na liderança, também porque o tempo até as eleições é mais longo. O que nos países parlamentaristas é chamado de *grace period* (VAN DYJK, 2013). Período imediatamente pós-eleitoral, com maior estabilidade para a liderança.

O tamanho da bancada, os eleitores do líder, tem efeito negativo sobre o tempo de

<sup>11</sup> Desconsideramos os casos de líderes que permaneceram menos de um mês (30 dias).

<sup>12</sup> A título de exemplo: o líder partidário na CD não é o “comandante” nacional do partido durante a campanha eleitoral. Dificilmente pode ser responsabilizado, individualmente, como promotor de sucessos ou fracassos na performance do partido.

permanência: quanto maior a bancada, menor o tempo de sobrevivência. Conforme apontado por Ennser-Jedenastik e Müller (2015), círculos mais “fechados” de seleção tendem a favorecer sobrevivências mais longas. Pontuamos também, em termos da organização partidária, que os partidos que testificam em seus estatutos alguma forma de “tutela” de escolha do líder (interferência da Executiva Nacional), tendem a ter líderes que sobrevivem menos tempo.

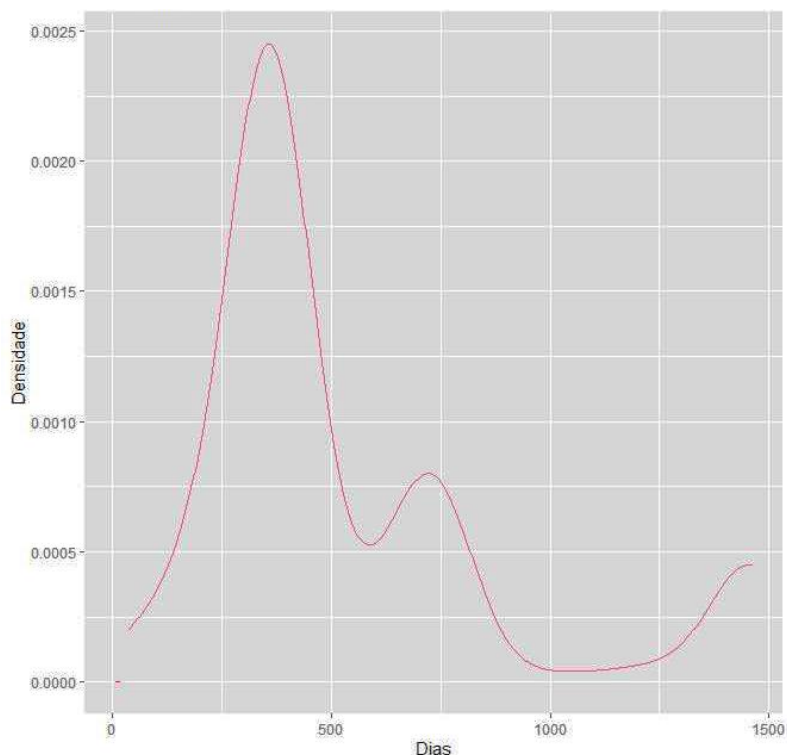
Testamos o efeito da ideologia do partido sobre o tempo de sobrevivência das lideranças. A partir da classificação proposta em Krause *et al* (2017), dispomos os partidos no espectro ideológico da seguinte forma: Esquerda: PPS, PCdoB, PT, PV, PDT e PSB. Centro: PSDB e PMDB. Direita: PRB, DEM, PR/PL, PP, PSC e PTB. Consideramos que os partidos de esquerda – por meio de seus órgãos extraparlamentares - possuem maior controle sobre suas bancadas do que os partidos de centro e de direita (DUVERGER, 1980). Os primeiros, no Brasil, possuem mecanismos de recrutamento mais verticais de suas elites (MARENCO; SERNA, 2007), bem como maior número de burocratas em suas Executivas Nacionais (RIBEIRO, 2014; SCHAEFER, 2018). Os procedimentos internos são mais institucionalizados e mesmo mandatos definidos temporalmente dos líderes aparecem em alguns dos estatutos dessas legendas, bem como maior envolvimento da Executiva Nacional na própria escolha da liderança. Por hipótese, consideramos que nesses partidos o tempo de sobrevivência de suas lideranças é menor.

Mensuramos também outras duas variáveis da dimensão características pessoais, quais sejam: credibilidade e expertise. Neste ponto, seguimos a trilha metodológica dos trabalhos de Silva *et al* (2013) e Morais *et al* (2018). O conceito de credibilidade serve para mensurar o grau de compromisso do parlamentar para com a organização partidária, enquanto a ideia de expertise serve para mensurar o grau de conhecimento do parlamentar em relação ao funcionamento do Legislativo, bem como sua experiência política mais geral em termos de carreira. Utilizamos como proxies para identificação de expertise e credibilidade, o número de mandatos do parlamentar na CD e o tempo de filiação ao partido, respectivamente. Por hipótese, consideramos que parlamentares mais experientes e compromissados tendem a permanecer mais tempo à frente de seus correligionários. Ou seja, dentro de um subgrupo bastante diferenciado do parlamentar mediano em termos de atributos políticos (os líderes partidários), aqueles com maiores capitais tenderiam a sobreviver mais à frente da bancada. Na próxima sessão tratamos da análise dos resultados.

#### **4 Resultados e Discussão**

Em primeiro lugar, tratamos de expor estatísticas descritivas sobre o tempo de sobrevivência das lideranças partidárias no Brasil (Figura 1). No período analisado, os líderes sobreviveram em média 541 dias no cargo (pouco menos de metade de uma Legislatura), sendo que o valor da mediana foi de 369 dias, e o desvio padrão de 365,54.

**Figura 1** – Densidade Número de Dias Líderes



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em termos da credibilidade e expertise, é possível perceber que o subgrupo dos líderes partidários possuía em média dois mandatos na CD, bem como um período de 13 anos de filiação ao seu respectivo partido. Esses dados corroboram os achados de Silva Jr *et al* (2013), que mensuraram as mesmas estatísticas para a 51ª Legislatura. O tamanho da bancada liderada variou de um número mínimo de sete parlamentares até 107. 92 (58,2%) dos líderes estiveram a frente de suas bancadas quando as legendas estavam na coalizão de governo. 58 (36,7%) dos parlamentares assumiram o cargo logo no início da Legislatura, enquanto 87 (55,1%) dos líderes eram filiados a partidos de esquerda.

**Tabela 1** - Estatísticas Descritivas

	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b>Dias na Liderança</b>	541,30	369,50	365,544	39	1460
<b>Coalizão de Governo</b>	,5823	1,0000	,49475	0,00	1,00
<b>Início da Legislatura</b>	,3671	0,0000	,48354	0,00	1,00
<b>Bancada Eleita</b>	41,67	34,00	27,578	7	107

<b>Esquerda<sup>13</sup></b>	,5506	1,0000	,49901	0,00	1,00
<b>Número de Mandatos na CD</b>	2,0886	2,0000	1,69066	0,00	7,00
<b>Tempo de Filiação ao Partido</b>	13,8418	13,0000	8,29974	0,00	33,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria Geral da Mesa (CD), 2021.

Quando comparadas as Legislaturas, conforme a Tabela 2, podemos perceber que durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e no segundo mandato de Lula, a estabilidade dos líderes foi ligeiramente maior, em comparação com seus primeiros mandatos. Traço da estabilização do padrão de coalizões do governo, da agenda presidencial e, principalmente, dos próprios partidos (ABRANCHES, 2018). A 52ª Legislatura teve o menor tempo médio de sobrevivência das lideranças. Foi marcada por denúncias de corrupção que atingiram líderes partidários. Roberto Jefferson (PTB), por exemplo, foi cassado pelos colegas, e Valdemar Costa Neto (PL), renunciou ao cargo de deputado federal, ambos envolvidos no caso do chamado “Mensalão”.

**Tabela 2** – Tempo médio de sobrevivência da liderança por Legislatura (em dias)

<b>Número da Legislatura</b>	<b>Média</b>	<b>N</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
50 <sup>a</sup>	573,08	26	354,731	379,00	189	1458
51 <sup>a</sup>	738,16	19	508,582	372,00	317	1460
52 <sup>a</sup>	443,64	36	212,015	365,00	58	1204
53 <sup>a</sup>	578,19	31	384,202	378,00	147	1460
54 <sup>a</sup>	493,65	46	362,908	365,50	39	1460
<b>Total</b>	541,32	158	365,576	369,50	39	1460

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria Geral da Mesa (CD), 2021

Nota: Valor de F (Teste Anova): 2,428. Significância: 0,050.

<sup>13</sup> Outro aspecto que deve ser ressaltado aqui, que por mais que não entre diretamente no modelo, é a distribuição dos cargos de liderança de acordo com o gênero. A representação política não constitui um espelho fidedigno da sociedade (NORRIS, 2013). A distribuição geral da população em termos de raça/etnia, gênero e renda não se encontra representada no Parlamento. À medida em que cresce o prestígio do cargo, conforme apontado por Simoni Jr *et al* (2016), inclusive, o perfil do parlamentar tende a ser mais homogêneo. Homens, brancos, ricos, com mais de 50 anos tendem a dominar, por exemplo, as posições do Alto Clero da CD. Em nossa população, os dados corroboram essa tese: dos 120 indivíduos escolhidos líderes por seus partidos, apenas nove eram mulheres. Ou seja, além da baixa representatividade geral na CD (apenas 13% da composição do Plenário era feminina após as eleições de 2014), o número de mulheres na liderança dos partidos é ainda mais desproporcional. Em termos do número de dias: as líderes permanecem pouco mais de 300 dias a frente de suas bancadas, em média, enquanto os homens 550 dias. As líderes partidárias também foram todas de partidos de esquerda (o que impossibilitou a inclusão desta variável no modelo): Manuela D’Ávila, Jô Moraes, Luciana Santos, Vanessa Grazziotin e Jandira Feghali, do PCdoB, Luiza Erundina, Sandra Rosado e Ana Arraes, do PSB, e Sandra Starling, do PT.

Quando comparados os partidos, na Tabela 3, distintos padrões nas médias de sobrevivência dos líderes partidários. Nos casos de PCdoB, PDT, PT, PSB, PRB e PSDB, as médias e medianas foram inferiores ao total dos casos, o que indica maior rotação. Os valores baixos do desvio padrão indicam que os casos do PCdoB e do PT são de uma rotação mais sistemática do cargo. Ou seja, os mandatos parecem ser definidos sem oscilações. O caso do PSB é extremo, pois enquanto um de seus líderes (Ribamar Alves), ficou 39 dias no cargo, durante a 54ª Legislatura, Alexandre Cardoso permaneceu por quase toda uma Legislatura (1260 dias, durante a 50ª Legislatura). Como se pode depreender destes dados também, em grande parte das legendas houveram líderes que permaneceram no cargo por quase toda a Legislatura. Apenas no caso de PCdoB, PRB, PSDB e PT não houveram líderes com mais de mil dias a frente da bancada.

Tabela 3 – Tempo de Sobrevivência por partido (em dias)

LIDERANÇA	Média	N	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
DEM/PFL	659,64	11	425,260	378,00	350	1459
PCdoB	382,00	19	91,108	363,00	330	754
PDT	398,84	19	301,148	347,00	83	1429
PMDB	809,44	9	389,078	726,00	360	1461
PP/PPB/PPR	604,17	12	439,845	443,50	179	1447
PPS	729,83	6	566,031	371,50	350	1461
PR/PL	729,20	10	421,350	725,00	338	1461
PRB	484,67	3	211,614	365,00	360	729
PSB	426,78	18	326,203	347,00	39	1260
PSC	973,33	3	523,597	1039,00	420	1461
PSDB	483,87	15	173,752	368,00	350	764
PT	368,81	21	69,321	364,00	168	525
PTB	906,38	8	545,955	955,00	254	1461
PV	730,00	4	525,949	614,00	232	1461
<b>Total</b>	<b>541,32</b>	<b>158</b>	<b>365,576</b>	<b>369,50</b>	<b>39</b>	<b>1461</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria Geral da Mesa (CD), 2021.

Nota: Valor de F (Teste Anova): 3,349. Significância: 0,001.

Para o teste das hipóteses, utilizamos a técnica análise de sobrevivência, a partir do modelo de Cox de riscos proporcionais (BOX-STEFFENSMEIER e JONES, 2004). O modelo é bastante maleável, pois não assume uma distribuição estatística a priori, bem como tem sido utilizado largamente nos estudos sobre sobrevivência de líderes partidários (HORIUCHI *et al*, 2013; ENNSER-JEDENASTIK e MÜLLER, 2015). Os resultados dos modelos são apresentados na Tabela 4. Como os valores dos coeficientes são de mais difícil interpretação,

expomos na tabela os valores exponencial do coeficiente que, a partir da fórmula  $(1 - \text{Exp}(\text{Coef})) * 100$ , nos indicam os valores de riscos proporcionais associados a sobrevivência dos líderes (LINS, 2021).

Estimamos quatro modelos de regressão de Cox de Riscos Proporcionais. No modelo 1, inserimos todas as variáveis de interesse. No modelo 2, consideramos uma variável de controle dicotômica: o fato de ser líder na 52ª Legislatura, a mais instável do período. Dado que a credibilidade (tempo de filiação) tende a ser maior nos partidos de esquerda (17 anos, enquanto a média dos líderes da direita/centro foi de 10 anos), estimamos também dois modelos desconsiderando essa variável.

**Tabela 4** -- Resultados da regressão de Cox (Riscos Proporcionais)

	<b>Modelo 1</b>	<b>Modelo 2</b>	<b>Modelo 3</b>	<b>Modelo 4</b>
<b>Coalizão</b>	0,835 (-0,975)	0,813 (-1,118)	0,909 (-0,531)	0,896 (-0,613)
<b>Início da Legislatura</b>	0,487 (-3,554) ***	0,502 (-3,337) ***	0,479 (-3,651) ***	0,490 (-3,456) ***
<b>Bancada</b>	1,001 (0,560)	1,001 (0,457)	1,004 (1,312)	1,003 (1,296)
<b>Esquerda</b>	1,484 (1,821) *	1,454 (1,728) *	1,802 (3,276) ***	1,798 (3,271) ***
<b>Expertise</b>	0,914 (-1,836) *	0,916 (-1,771) *	0,920 (-1,701) *	0,922 (-1,645) *
<b>Credibilidade</b>	1,020 (-1,836)	1,022 (1,681) *		
<b>52ª Legislatura</b>		1,231 (1,037)		1,168 (0,199)
<b>Likelihood ratio test</b>	43,05	44,01	40,71	41,31
<b>Observações</b>	158	158	158	158

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Notas: Valores de z estão entre parênteses.

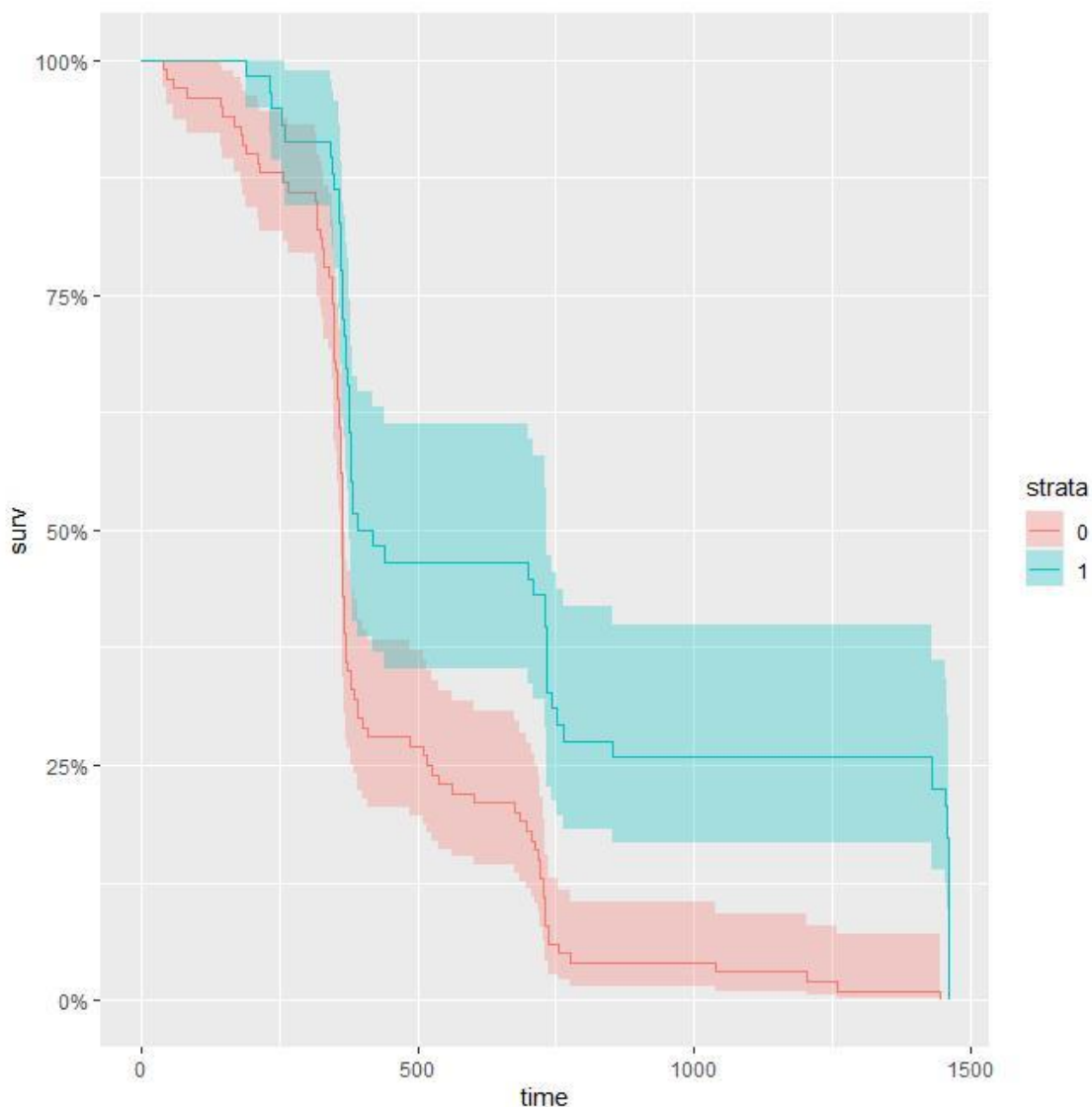
\*\*\*p<0.01, \*\*p<0.05, \*p<0.10

Os resultados apontam que o fato de assumir o cargo de liderança no início da Legislatura é a variável que mantém significância estatística ao nível de p-valor<0,01 em todos os modelos e parece explicar a sobrevivência dos líderes. No modelo 1, é possível observar que parlamentares que assumem o cargo no início da legislatura possuem 51,3% mais chance de permanecer até o final no cargo do que líderes que assumiram o comando da bancada em outro momento das respectivas Legislaturas. Este valor se mantém em patamares semelhantes nos demais modelos. Nas agremiações de esquerda, os líderes tiveram maior risco de cair ao longo

da Legislatura: -48,4% no modelo 1, -45,4% (2), -80,2% (3) e -79,8% (4). Esse resultado é distinto dos encontrados pelos autores que testaram a hipótese ideológica em trabalhos anteriores (VAN DYJK, 2013; ANDREWS e JACKMAN, 2007). No caso brasileiro, a rotação da liderança parece ser afetada pela ideologia dos partidos. A expertise também se mostrou significativa como escudo para a permanência dos parlamentares: o acréscimo de um mandato representou menos riscos a sobrevivência (8,6%, 8,4%, 8% e 7,8%, respectivamente).

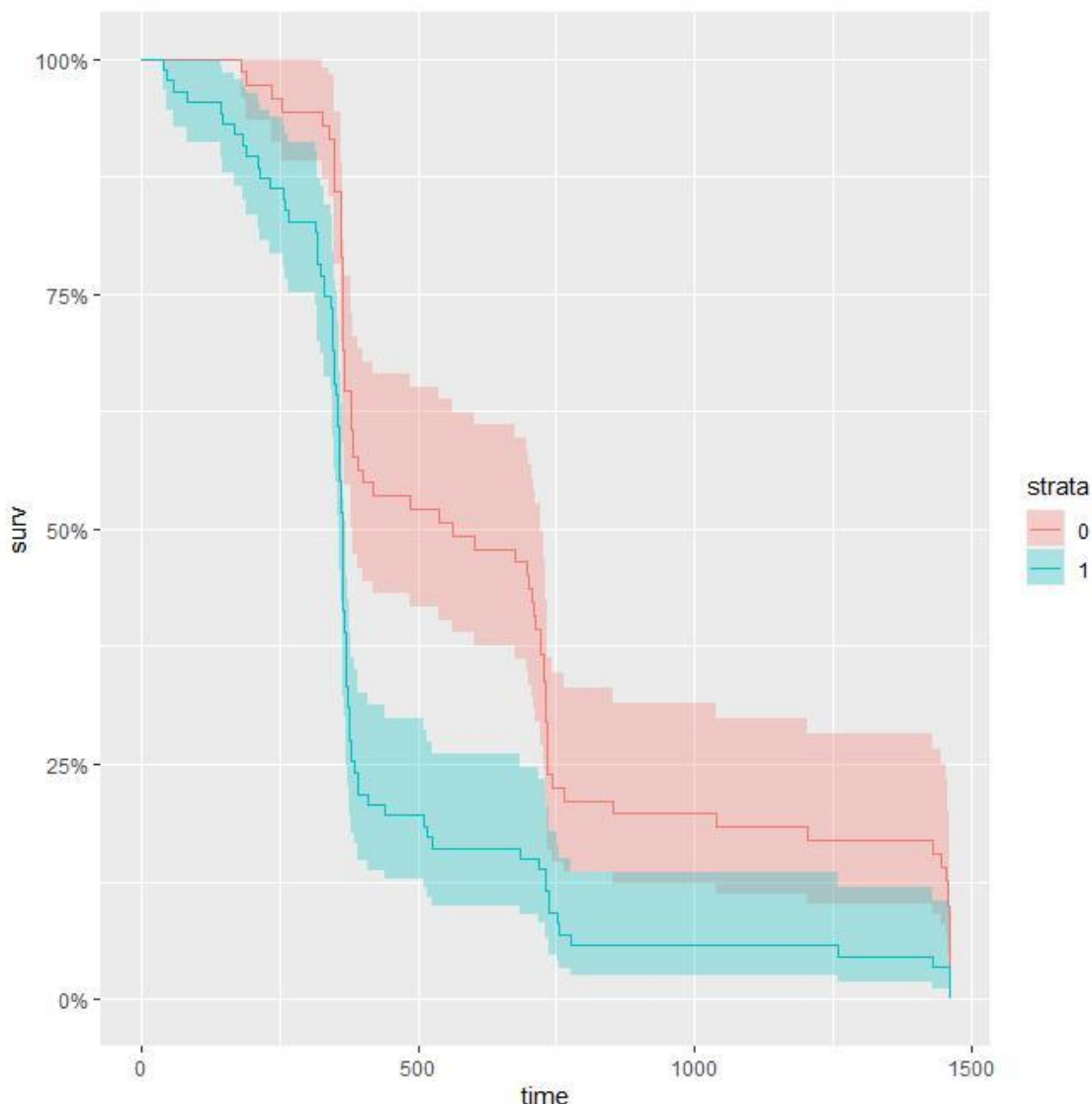
Nas figuras 2 e 3, ressaltamos os valores das variáveis: Início da Legislatura (strata, 0 = Não; 1 = Sim) e ser de Partido de Esquerda (strata, 0 = Não; 1 = Sim). É possível observar a probabilidade de sobrevivência através do tempo comparando-se os grupos. Líderes que assumem o cargo no início da Legislatura tem maior probabilidade de permanecer até o final. Líderes de partidos de direita e centro tem maior probabilidade de permanecer no cargo até o final da Legislatura quando comparados aos líderes de partidos de esquerda.

**Figura 2** – Curva de Sobrevivência Início da Legislatura (strata, 0 = Não; 1 = Sim)



Fonte: Elaboração própria, 2021.

**Figura 3** – Curva de Sobrevivência Partido de Esquerda (strata, 0 = Não; 1 = Sim)



Fonte: Elaboração própria, 2021.

As demais variáveis incluídas no modelo seguem a direção esperada, no entanto, não é possível rejeitar a hipótese nula de que os valores encontrados se dão pelo acaso<sup>14</sup>. A exceção em nosso modelo é a hipótese da credibilidade. Ao contrário do que conceituamos originalmente, os líderes mais comprometidos com o partido não tiveram mais tempo de liderança. Esse efeito pode ser explicado se tivermos em conta a sobreposição entre ideologia e credibilidade. Como ressaltado por Marengo e Serna (2007, p.108), os partidos de esquerda possuem parlamentares com carreiras políticas apoiadas:

(...) tanto em recursos coletivos para alcançar um maior capital social e político, como no estabelecimento de uma constelação de redes sociais e no enraizamento de suas bases sociais de apoio. Essas novas elites políticas

<sup>14</sup> Os valores dos resíduos de Schoenfeld estão no anexo.



constroem suas carreiras com base em longas trajetórias, [...], e na fidelidade partidária, apoiada em estruturas organizadas de tipo profissional eleitoral (MARENCO e SERNA, 2007, p.108).

Dito de outra forma, a seleção de candidatos e os eleitos por partidos de esquerda tendem a ter carreiras políticas mais centradas na organização, em comparativo com centro e direita. Esta seleção se reflete na escolha de cargos chave. A organização possui mais mecanismos de controle interno, o que torna a liderança na CD mais rotativa.

Nossos resultados são, ao mesmo tempo, convergentes e distintos dos achados da literatura, mesmo tendo em vista as adaptações necessárias. Tratamos do caso de um país presidencialista e não parlamentarista. Ainda assim, podemos observar que o subgrupo mais experiente deste seletivo grupo tende a permanecer mais tempo no cargo e que iniciar a Legislatura no comando do partido (*grace period*) tende a significar mais estabilidade, sendo que a diferença no tempo de sobrevivência da liderança é explicada também pela ideologia.

## 5 Conclusão

Diversos teóricos sobre as formas de governo e governabilidade se detêm a analisar a figura dos líderes partidários: estes são considerados essenciais para o bom funcionamento das instituições democráticas. No caso brasileiro, a CD institucionalizou regimentalmente a figura do Líder Partidário, sendo o deputado eleito por seus pares e que detém as prerrogativas de votação e controle, junto à Presidência da Casa, da agenda legislativa.

O líder é um deputado com maior circulação, verba e prerrogativas. Entendemos, portanto, ser um cargo almejado pelos parlamentares. A partir dessa constatação, buscamos na literatura internacional explicações sobre o tempo de atuação à frente da liderança partidária pelos parlamentares. Essas variáveis foram testadas aqui nos casos de deputados que exerceram liderança partidária na CD entre 1995 e 2014.

No teste geral (Tabela 4), foi possível observar três variáveis estatisticamente significativas: líderes que assumem a função no início da Legislatura, expertise e ideologia. Nos dois primeiros casos, há uma relação positiva: quando os líderes iniciam o mandato no cargo sobrevivem por mais tempo, além do que a experiência é importante para explicar essa variação. Nos partidos de esquerda, o tempo de sobrevivência é menor, o que denota uma diferença do caso brasileiro.

Realizamos aqui uma investigação sobre a figura regimental do líder partidário, a luz da literatura internacional e combinando análises sobre os regimes parlamentaristas e presidencialistas. Longe de esgotar a temática, nos parece oportuno observar que esta figura é uma das chaves de compreensão do nosso sistema político e merece maiores análises.

## Referências

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ANDREWS, Josephine T.; JACKMAN, Robert W. If winning isn't everything, why do they keep score? Consequences of electoral performance for party leaders. **British journal of political science**, v. 38, n. 4, p. 657-675, 2008.
- BENNETT, W. Lance. The personalization of politics: Political identity, social media, and changing patterns of participation. **The annals of the American academy of political and social science**, v. 644, n. 1, p. 20-39, 2012.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; JONES, Bradford S. **Event history modeling: A guide for social scientists**. Cambridge University Press, 2004.
- BYNANDER, Fredrik; T HART, Paul. The politics of party leader survival and succession: Australia in comparative perspective. **Australian Journal of Political Science**, v. 42, n. 1, p. 47-72, 2007.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS (CD). **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: CD, 2017.
- CORTEZ, Maysa Cortez. **Governabilidade e presidencialismo de coalizão: o desempenho das alianças partidárias no Governo Dilma**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Ceará, 2018.
- DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1980.
- ENNSER-JEDENASTIK, Laurenz; MÜLLER, Wolfgang C. Intra-party democracy, political performance and the survival of party leaders: Austria, 1945–2011. **Party Politics**, v. 21, n. 6, p. 930-943, 2015.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- HORIUCHI, Y.; LAING, M.; HART, P. Hard Acts to Follow: Explaining Survival Rates of Party Leaders in Parliamentary Democracies. **Party Politics**, v. 21, n. 3, pp. 357-366, 2013.
- INÁCIO, Magna; REZENDE, Daniela. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 296-335, 2015.
- KIRJAVAINEN, Senni et al. The impact of leadership, management and power in an international knowledge-intensive organization. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 2, p. 339-352, 2010.
- KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- LINS, Rodrigo. Tempo, tempo, tempo: regressão de Cox na ciência política. **Revista Política Hoje**, Early View, 2021.
- MAINWARING, S. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.
- MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.
- MELO, C. R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista**

**Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 13-41, 2010.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MIRANDA, Geralda Luiza de. A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 201-225, 2010.

MORAIS, Leonardo Rodrigues; DA SILVA JÚNIOR, José Alexandre; DOS SANTOS FILHO, Ranulfo Paranhos. Poderosos chefões: a influência do perfil do líder sobre a disciplina da bancada. **Revista Debates**, v. 12, n. 1, p. 169-194, 2018.

NORRIS, P. Recrutamento Político. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003.

PERES, P; CARVALHO, E. Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 81-106, 2012.

RIBEIRO, P. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 52, p. 121-158, 2014.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SCHAEFER, B. 2018. **As Lógicas de Distribuição do Fundo Partidário: Centralização e Nacionalização nos partidos brasileiros (2011-2015)**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFRGS.

SILVA JÚNIOR, J. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. ; PARANHOS, R.; ROCHA, E. C. Quem controla o Legislativo? A ocupação de cargos de comando na Câmara dos Deputados. **Paraná Eleitoral**, v. 2, p. 283-308, 2013.

SIMONI JR, S.; DARDAQUE, R.; MINGARDI, L. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai à popularização da classe política? **Colombia Internacional**, v.87, p.109-143, 2016.

VAN DYJK, C. **Party Leader Survival: Identifying the factors influencing the longevity of party leaders' tenures in the Netherlands**. Tese de Doutorado em Comparative and European Politics. Radboud University Nijmegen, 2013.

**Anexo**

**Tabela 5** – Resíduos de Schonfield para as Variáveis Independentes

<b>Variáveis</b>	<b>chisq</b>	<b>df</b>	<b>p</b>
<b>Coalizão</b>	1,932	1	0,164
<b>Início Legislatura</b>	5,145	1	0,023
<b>Bancada</b>	6,619	1	0,01
<b>Esquerda</b>	4,54	1	0,03
<b>Mandatos</b>	0,23	1	0,631
<b>Tempo Filiação</b>	0,053	1	0,817
<b>52 Legislatura</b>	0,898	1	0,343
<b>Global</b>	18,842	7	0,008

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Secretaria Geral da Mesa (CD).

Artigo submetido em: 2021-06-09

Artigo aceito em: 2021-09-21